

Por um “Plano de Emergência em defesa das universidades brasileiras”

Diálogo e Ação Petista – núcleo nacional de docentes do ensino superior

Decidimos propor uma contribuição para os debates na perspectiva de um “Plano de Emergência em defesa das universidades brasileiras” que possa fazer frente ao conjunto de ataques às universidades que o atual governo patrocina com apoio da maior parte dos governos estaduais do país. Essa iniciativa está plenamente conectada com as lutas decisivas que ocorrem nas ruas para pôr fim a esse governo. Nosso partido precisa defender uma plataforma de emergência em defesa das universidades públicas, do ensino superior, em defesa dos docentes e do financiamento público para pesquisas em universidades e centros públicos de pesquisas. Precisamos articular a militância petista nas universidades em torno de uma pauta comum que nos permita atuar nos sindicatos e instâncias de decisão das universidades, nas ruas e nos espaços acadêmicos e da ciência. Este documento do Diálogo e Ação Petista está aberto a adesões e se dirige também aos encontros setoriais de educação do partido como contribuição para alimentar a luta social e ser instrumento de contribuição construtiva e dialógica, para amadurecer a luta e a reflexão das candidaturas do PT e suas plataformas de Governo nos estados e no país.

Com a vitória de Bolsonaro inúmeras ações foram desencadeadas visando atacar educadoras e educadores da educação básica, docentes do ensino superior, desmoralizar a escola pública, assim como desqualificar a ciência, especialmente no campo das humanidades, mas não só. Um rápido diagnóstico da situação atual revela uma ofensiva nunca vista para destruir décadas de esforços de gerações de docentes e pesquisadores universitários para erigir um sistema nacional de ciências e tecnologias. Em seu conjunto, concretizam uma das maiores ofensivas do setor privado em relação aos fundos públicos da educação visando concorrer abertamente com o Estado na oferta da educação. Com os ataques diretos, como a PEC 32, se pretende destruir ou inviabilizar o conjunto dos serviços públicos. Distintas iniciativas se combinam a partir das ações do governo e de sua base de sustentação no Congresso e no Judiciário. A primeira foi a Emenda Constitucional 95/16, que instituiu o regime fiscal em vigor, contribuindo para o desmonte do conjunto das políticas públicas. No caso da educação, a emenda inviabiliza o cumprimento das metas e estratégias, democraticamente pactuadas, no Plano Nacional de Educação, em relação à educação básica e ao ensino superior.

Temos também uma política autoritária de militarização nas escolas, com uma lógica de destruição da ciência e tecnologia com impacto nas universidades; que busca acabar com a formação dos professores e a valorização do magistério através da precarização, corte de verbas, a militarização, a perseguição, com intervenções nas administrações – ataques ao sistema científico e cultural do país. O governo está empenhado na aprovação da educação domiciliar, medida inconstitucional que fere o direito inalienável de crianças e jovens ao

conhecimento em todos os campos com base na investigação científica, e que pode favorecer a montagem de uma rede paralela de ensino sem controle público. Escolas cívico-militares têm organizado as unidades educacionais à imagem e semelhança das organizações militares, visando o controle ideológico sobre os estudantes e combatendo a concepção de gestão democrática.

O incentivo ao ensino híbrido e mesmo totalmente virtual nas universidades também avança a passos largos. Em função da pandemia, vários governos estaduais e reitorias têm facilitado a entrada de grupos privados nas instituições públicas com suas plataformas digitais, materiais didáticos diversos, especialmente audiovisuais. Tal processo tem sido apresentado como “educação híbrida” cujos opacos fundamentos pretendem justificar a entrada dos grandes grupos privados.

A ampliação das universidades públicas e gratuitas deve ser o eixo de atuação da gestão petista federal no ensino superior, articulada com a retomada e reforço das iniciativas tomadas nas gestões anteriores. O Enem, por exemplo, antes voltado para avaliar o ensino médio, passou por mudanças, em 2005 passou a selecionar os candidatos para o então recém criado Programa Universidade para Todos (PROUNI). Veio o Reuni que dobrou o número de vagas de ingresso nas universidades federais, criando 126 novos Campi universitários interiorizados pelo país. Com a criação do SiSU em 2009 do Enem, gratuito para quem vem de escola pública, passa a ser o passaporte de ingresso e escolha para os jovens de diversos cursos em todo o país. Os jovens de hoje nem imaginam como era a seleção de vestibular antes de todas essas mudanças. Elas permitiram que se saísse dos 3 milhões para alcançar 8 milhões de universitários. Foi criado o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) para promover a qualidade e para que o sistema incorporasse a cultura da avaliação de forma processual e evolutiva, ainda que seja necessária uma avaliação que respeite as autonomias – sem impor falsas padronizações – e controle efetivamente a proliferação de instituições privadas sem compromissos com o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do país.

Investimentos importantes foram feitos na expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que cresceu notavelmente. Assim, de 149 escolas em 119 municípios passou para 422 escolas e Institutos Federais em 396 municípios, em articulação com o Ensino Médio e de acordo com as Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio. Também o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC) permitiu o acesso a cursos de formação profissional. Em relação ao ensino superior, destaca-se a criação de 18 novas universidades federais e a expansão e interiorização das universidades já existentes (178 novos campi), assim como, as 1,9 milhão de bolsas integrais do PROUNI, a expansão do FIES, a reformulação do ENEM, a implementação do SISU e a aprovação da Lei de Cotas contribuíram para a democratização

do acesso ao Ensino Superior. A expansão do ensino superior público se deu do centro para as periferias e para o interior.

Dezenas de novos Institutos Federais (que, além do nível técnico-profissionalizante, também passaram a oferecer ensino superior) e, assim, outras centenas de novos campi foram erigidos. O número de estudantes universitários na rede federal mais do que dobrou, atingindo 1,3 milhão. Para construir as novas instalações, a rubrica Investimentos ao Ensino Superior, do Orçamento Federal, sextuplicou em termos reais entre 2005 e 2012 – e após isso começou a ser reduzida. E para manter e garantir minimamente o funcionamento dessa nova estrutura, as verbas de custeio tiveram de triplicar no período 2005–2015. Os investimentos nos fundos de apoio à pesquisa científica e tecnológica mais do que triplicaram durante os governos do PT: recursos direcionados para CNPq, CAPES e FNDCT passaram de R \$4,5 bilhões em 2002 para R \$13,97 bilhões em 2015.

Nessa direção cumpre destacar a importância do programa “Ciência sem Fronteiras” que contribuiu para a internacionalização do ensino superior. A pós-graduação teve investimentos expressivos visando a formação de pesquisadores e a produção de conhecimentos em áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico, social, cultural e tecnológico do país. As matrículas de mestrado e doutorado tiveram um crescimento de 107% e de 97,7% na oferta de cursos; de acordo com a avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES), os cursos de excelência cresceram 167%. Foi estruturado o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação na direção da promoção da reindustrialização, da sustentabilidade ambiental, do desenvolvimento em todos os campos da atividade econômica. As universidades podem e devem apoiar o desenvolvimento sem, no entanto, se submeterem aos imperativos e prioridades do mercado, preservando sua autonomia e o caráter público com compromisso social voltado para a maioria da nação em suas atividades.

Os ataques bolsonaristas à Universidade

Bolsonaro está estrangulando a Universidade pública brasileira com seu Orçamento 2021. Ele cortou R \$1,1 bilhão em verbas de custeio (gastos correntes com bolsas de pesquisa, auxílio estudantil, contas de água, luz, limpeza, compra de materiais, manutenção de laboratórios etc.) às 69 Universidades Federais. O que significa que elas têm neste ano 18,2% a menos do que tinham no já arrojado Orçamento de 2020.

E para garantir as emendas ao Centrão e ao mesmo tempo não desrespeitar o Teto de Gastos (imposto pelo congelamento de verba da EC-95), Bolsonaro e Guedes bloquearam R\$ 9,2 bi em gastos públicos e vetaram outros R\$ 19,8 bi. Foi assim que o MEC perdeu R\$ 3,2 bi dos quais R\$ 2,73 bi foram contingenciados e outros R\$ 1,2 bi vetados. Boa parte

desse corte viria do ensino superior (sob alegação deste funcionar remotamente). Isso deixou as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) com metade das verbas de custeio de 2015, ou o mesmo montante de 2009, quando ainda abrigavam apenas metade dos alunos atuais, o que inviabiliza o funcionamento básico das atividades e dos campi.

Cerca de R \$200 milhões foram cortados da Assistência Estudantil, o que deve provocar ainda mais evasão de alunos carentes. Bolsas de extensão e de pesquisa, já fortemente limitadas nos últimos anos, devem ser praticamente zeradas. A produção científica, sobretudo nos programas de pós-graduação, podem entrar em colapso. Universidades que já planejavam a retomada das atividades presenciais, ficam impedidas de fazê-lo. Em várias delas, estavam previstas a aquisição de EPIs, adaptação dos espaços para maior ventilação e distanciamento, testagem periódica a alunos/docentes/TAEs, dispositivo de rastreio de contatos de infectados, além de insumos para fabricação própria de álcool em gel e. Tudo, ou quase, inviabilizado com os cortes. Várias reitorias começaram a comunicar suspensão de atividades por simples incapacidade de pagar as contas básicas.

Sob pressão, o governo foi obrigado em junho a adiantar, via portaria, um crédito suplementar de R\$ 2,59 bi para custeio, recompondo apenas parte do cortado e bloqueado. Trata-se de uma espécie de “pedalada” na qual recursos serão remanejados de programas custeados com emissão de títulos da dívida, o que depende de autorização do Congresso para ficar de fora da “regra de ouro” – que, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, impede financiamento de despesas correntes com endividamento. Isso aliviou as universidades para conseguirem ao menos pagar as contas básicas – ao menos por mais alguns meses. Lembrando, contudo, que o corte (R\$1,1bi) no Orçamento 2021 está obviamente mantido, bem como parcela do que fora bloqueado seguiu contingenciado, podendo ser, ou não, liberado a depender do desempenho da arrecadação de impostos.

Já no final deste período – entre a crise internacional (2008/09) e o esgotamento do ciclo de commodities, que coincidiu com a queda na lucratividade empresarial (2013/14) –, os “mercados” financeiros, a mídia e os golpistas elevaram em muito a pressão para cortar verbas sociais (e, ao invés, manter tanto o pagamento de juros da dívida elevado, quanto a tributação à especulação bilionária rebaixada). Exigiam assim a chamada “austeridade fiscal”. No processo da derrubada do governo Dilma, chantagearam-na e pressionaram-na a capitular e iniciar tais cortes, com o Plano Levy. Os cortes, porém, foram em muito aprofundados após o Golpe de 2016; com a recessão (2015–17) que dele sucedeu, a EC–95, a Reforma Previdenciária (2019) e o atual genocídio bolsonarista. Tudo isso provocou uma queda de 61,2% no montante total de Custeio & Investimento entre 2015 e 2021.

O número de docentes e técnicos obviamente também teve de crescer fortemente para acompanhar a expansão. A relação aluno/docente manteve-se relativamente estável no período do Reuni. Entretanto, embora o número de docentes tenha dobrado entre 2006 e

2016, os gastos orçamentários com Encargos & Pessoal cresceram apenas 61%. Esta economia ocorreu às custas de uma relativa piora na massa total da remuneração aos docentes e técnicos – sobretudo devido à queda de benefícios previdenciários a parcelas crescentes de tais trabalhadores, trazida com a Reforma da Previdência do Setor Público (2003).

Em todo o caso, o número de técnicos e docentes (e alunos) manteve crescimento inercial mesmo após o golpe de 2016 – já que os últimos concursos públicos, aprovados ainda no pré-golpe, seguiram ocorrendo mesmo contra a vontade de Temer, que tampouco poderia demitir funcionários estatutários. Isso obrigou a manutenção da alta dos gastos com Encargos & Pessoal até 2019. A partir daí, porém, tal rubrica caiu 23% entre 2019 e 2021 com as medidas draconianas de Bolsonaro e Guedes: a perda salarial de mais de 10% à inflação desses dois anos; o impedimento da substituição de centenas de funcionários (mortos, aposentados etc.) com o fim dos concursos; e a dispensa de temporários (substitutos, estagiários, visitantes, entre outros). Ademais, o salário líquido dos servidores foi nominalmente cortado com a elevação do desconto da Reforma Previdenciária de 2019. Tudo isso tem tornado ainda mais injusto e extenuante o trabalho do pessoal nas universidades, o que debilita a produção científica e pedagógica do país, justamente no momento em que a luta contra a pandemia mais dela necessita.

A expansão do ensino superior federal ocorrida no decênio 2007–2016 foi indubitavelmente uma grande conquista do Brasil como nação – que deve ser defendida pelos movimentos sindical e universitário. Ela certamente não foi perfeita. Dentre as críticas à expansão (Reuni) levantadas no movimento sindical, pode-se destacar sua implementação sob a égide de cortes de benefícios previdenciários aos novos docentes e técnicos concursados, sobretudo os após 2013, e da não reversão das dificuldades na progressão de carreira e de perdas salariais (inclusive do período Collor–FHC). A ausência de um projeto de longo prazo na implementação da expansão que implicasse em uma reforma estrutural do sistema universitário brasileiro (incluindo o enfrentamento ao avanço do setor privado/caça-níqueis) seria outro ponto. A superação de ambos exigiria suplementação ainda maior de verbas à Educação pública – algo possível apenas com mudanças estruturais na política econômica tais como a suspensão das metas de superavit primário (ao pagamento de juros) e uma reforma tributária progressiva. Essas críticas, contudo, não anulam o principal: a despeito de limitações, a expansão do Lula–Dilma foi, globalmente, um avanço à Universidade Pública do país.

O fato é que a expansão permitiu reforçar uma estrutura nacional de pesquisa científica e tecnológica, bem como democratizar o acesso ao ensino e à formação superior gratuita e de qualidade a parcelas da juventude (incluindo a trabalhadora), tanto nas grandes metrópoles quanto nos rincões do país. Deveria ter sido mais ampla e prolongada para atender às exigências do desenvolvimento do país, embora tenha sido muito maior do que

as elites retrógradas aceitassem, pois abriu dezenas de milhares de concursos públicos, permitindo desenvolver carreiras de pesquisadores, docentes e técnicos – como há muito não se via.

Mesmo como proporção do PIB (cujo crescimento real era de 2,5% ao ano), os programas expansionistas (Reuni, Pronatec etc.) fizeram mais que dobrar (crescimento de 107%) os gastos federais em Educação (MEC ao todo) e elevar em 31% os do ensino superior no decênio em questão. E, para além desse salto quantitativo, a expansão havia criado as condições para a recuperação qualitativa das Universidades, depois de décadas de descaso e sucateamento.

A consolidação de tal projeto exigirá uma retomada dos aportes de verbas bem mais robusta e perene – já que pesquisa científica (e seus embricamentos com ensino e extensão) gera um encadeamento na demanda por novos gastos (com novos programas de pós, novos HUs, novos laboratórios que permitam acompanhar o estado da arte nas várias disciplinas etc.) que vai bem além dos estágios iniciais de instalação das instituições superiores. Algo que mesmo os nossos governos petistas, promotores da expansão, tiveram dificuldade em garantir. No ensino superior, a expansão só foi possível com o robusto crescimento do PIB de 2004–2013 (impulsionado sobretudo pelo ciclo de commodities). Tal expansão não superou muito o PIB justamente por não ter sido produto de uma realocação mais estrutural de recursos (redistributivos) na sociedade. Mas uma expansão universitária – algo que só se efetiva com perenidade de longo prazo – não pode perder dinamismo apenas por fatores econômicos conjunturais. A Educação e a Universidade, bem como outros gastos sociais, devem ser em si o motor do desenvolvimento. Por isso, a segunda etapa da expansão, aquela que permitiria transformar a quantidade em qualidade foi ficando incompleta até que o golpe de 2016 a inviabilizasse.

Foi o golpe de 2016 (do qual o atual governo é resultado) que atacou resoluta e violentamente tanto a Universidade Pública quanto o seu projeto de expansão, inviabilizando qualquer esforço de melhora qualitativa. O montante federal empenhado ao ensino superior por aluno caiu de R\$39 mil a R\$29 mil entre 2015 e 2019 – sendo que as verbas de Investimento e de custeio são cortadas pela metade neste quadriênio. Embora os dados de número de alunos após 2019 ainda não estejam disponíveis, sabe-se que tais verbas foram ainda mais brutalmente reduzidas devido às políticas de Bolsonaro em plena pandemia 2020–21.

A Universidade é um componente constitutivo de uma nação que se pretende soberana – seja para garantir o desenvolvimento cultural, tecnológico e social, seja para permitir a formação de novas gerações de cidadãos com plenos direitos. As instituições privadas, em sua maioria caça-níqueis e vendedoras de diplomas que se multiplicaram no país desde a

Ditadura, não são Universidades de fato. Com raras exceções – que confirmam a regra – as instituições privadas não promovem pesquisa e mal formam alunos. Exploram e desrespeitam o corpo docente qualificado. O empresariado nacional, que desindustrializa-se rapidamente, não tem recursos suficientes e nem interesse econômico em promover uma rede nacional de Universidades (o que não impede relações e convênios pontuais, garantida a autonomia das últimas). As multinacionais e o financismo (que até teriam os recursos) não aceitam conceder soberania tecnológica, nem cultural, a um país subalterno na divisão internacional do trabalho. Por isso, sobretudo no Brasil, a Universidade para existir só pode ser pública e financiada (essencialmente) pelo estado. A batalha pelo Orçamento público segue, portanto, sendo crucial. Ainda mais diante de um governo tão profundamente antinacional, anticientífico e antidemocrático, como o atual.

Os cortes de verbas e o desmonte da ciência e tecnologia

O governo federal investiu no ano passado em ciência e tecnologia menos recursos do que aplicava no setor em 2009. O patamar em 2020 foi de R\$17,2 bilhões, ante R \$19 bilhões há doze anos, em valores corrigidos pela inflação do período. O corte de verbas cria desde problemas pontuais, como a pane da plataforma Lattes, que ficou fora do ar por duas semanas neste mês, até efeitos no longo prazo como cortes em estudos que envolvem testes, remédios e vacinas contra a covid-19, entre outras iniciativas. Há retenção de parte do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) de cerca de R \$2,7 bilhões continuam travados. Até 2020 os gastos do governo na área recuaram em mais de um terço: 37% em termos reais (descontada a inflação). Em 2013, o gasto foi de R \$27,3 bilhões. O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI) foi uma das pastas que concentrou cortes.

Quase toda a pesquisa brasileira realizada em empresas, universidades ou instituições de pesquisa é financiada com os recursos desses três fundos (CNPq, Capes e FNDCT). Os fundos cuja finalidade principal é financiar a pesquisa – FNDCT, Capes e CNPq – o recurso deles caiu para níveis do início dos anos 2000. O Brasil de 2021 não cabe no Brasil do início dos anos 2000”, diz o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Renato Janine Ribeiro. A população de estudantes universitários passou de cerca de 3 milhões para 8 milhões.

Neste contexto as universidades públicas têm sido desqualificadas, os docentes e pesquisadores desrespeitados e, muitas vezes perseguidos, sua autonomia atacada, 22 reitores nomeados não foram os primeiros da lista tríplice, seus orçamentos reduzidos, comprometendo as condições mais elementares de funcionamento. A pesquisa básica sendo desqualificada em benefício da pesquisa aplicada. Está em curso a destruição política e física das instituições que integram o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.

O orçamento total previsto para o MCTI em 2021 é de R \$10,4 bilhões, sendo que apenas R\$ 2,8 bilhões desse valor estarão disponíveis para investimentos em pesquisa, o menor orçamento da história na área que representa um terço do que se investia em pesquisa há dez anos.

Fazer o balanço e retomar as conquistas

As políticas voltadas a submeter o Estado aos interesses do grande capital, depois do golpe de 2016, nos colocam diante de uma agenda contraposta de defesa e expansão dos serviços públicos, comprometida com um modelo de desenvolvimento na perspectiva da soberania nacional, da integração latino-americana e do protagonismo do povo trabalhador. O ensino superior, as universidades públicas, têm papel insubstituível na construção desse projeto de sociedade. Destacamos alguns temas que devem exigir debates mais amplos:

- É fundamental fortalecer a luta imediata contra a PEC DO TETO DE GASTOS e essas outras políticas da destruição da educação e dos serviços públicos no Brasil, desenvolver a discussão para o “tempo do amanhã” concomitantemente com a ação contra a reforma administrativa agora.
- Devemos recuperar as perdas e as condições de trabalho que vêm sendo degradadas. Para isso precisamos fazer o balanço também dos nossos erros no sentido de superá-los: o acordo salarial de carreiras de 2012, ainda no governo Dilma, foi muito negativo para os salários dos servidores federais.
- Defendemos a importância da proposta de criação de fundo nacional comum de apoio e sustentação das IES estaduais com recursos oriundos da união, na perspectiva de uma SISTEMA NACIONAL DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.
- Devemos lutar contra a sangria progressiva de verbas para a educação que incide no desenvolvimento e financiamento das pesquisas, recuperar integralmente os níveis alcançados em nossos governos e voltar a expandir os investimentos. Mais de 60% delas são bancadas por uma tríade composta pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), além da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).
- Enfatizamos a urgência de uma posição mais assertiva sobre o Marco Legal Ciência e Tecnologia que, por exemplo, prevê afastar professores para atividade empresarial, o compartilhamento de instalações públicas com empresas privadas e a imposição de uma lógica de mercado às instituições federais de ensino. É necessário um sério debate na perspectiva de se exigir uma revisão, revogação ou reforma radical dessa legislação frente as

ameaças de privatização de amplos setores da pesquisa realizada em instituições públicas.

- Precisamos retomar o respeito à democracia e autonomia universitária, acabando com lista tríplice de escolha de reitores apoiando a proposta de eleição: “reitor eleito, reitor empossado”. Queremos o fim imediato das intervenções de quaisquer tipo.
- É preciso recuperar os IFs e defendê-los, pois também estão na linha de tiro por falta de verbas.
- Defendemos o reforço e o diálogo com o fórum nacional popular de educação a partir de todas as posições que ocupamos nos movimentos de educação.
- Concebemos de forma estratégica e necessária o debate sobre as universidades particulares que estão capitalizando recursos públicos – precisamos ter regulamentação social ativa desse setor para o bem público, com a valorização da carreira docente, evitando que esse setor privado pautе a carreira dos docentes como com a resolução CNE 2/2019. A democratização da gestão e maior controle social das universidades privadas também se faz urgente e necessária. Esses setores buscam se capitalizar na educação precarizando o trabalho docente, buscando consolidar o trabalho remoto. Defendermos a revogação da Resolução CNE 02/2019.

Defendemos um plano de ação e defesa das universidades capaz de unir e mobilizar docentes e pesquisadores de todo o país:

- Por uma carreira nacional para os docentes universitários, que seja referência e patamar mínimo para todas as instituições de ensino superior públicas e privadas;
- Pela rediscussão do marco legal da ciência e tecnologia que tem facilitado políticas de abertura e privatização de serviços nas universidades públicas e a proliferação de fundações privadas em instituições públicas;
- O problema da autonomia universitária e da democracia no funcionamento das instituições públicas e privadas exige um marco comum de gestão transparente e democrática das instituições com eleição de reitores pela comunidade universitária;
- Pelo fortalecimento e incentivo à intervenção da militância petista nas instâncias do Andes-sindicato nacional, em particular através do fórum Renova Andes;

- Ampliação dos compromissos sociais da universidade pública, qualificando a extensão universitária no apoio aos municípios e estados e no planejamento e serviços públicos;
- Pela retomada da expansão do ensino superior público e gratuito com a criação de novas universidades públicas e novos campi, ao lado de um amplo controle social e público sobre as instituições privadas e filantrópicas de ensino superior;
- Pela retomada e expansão estrutural dos investimentos em ciências e tecnologia nas instituições públicas de ensino e pesquisa;
- Pelo controle social e público e democratização das instituições privadas de ensino;
- Fortalecimento e promover o acesso e a permanência de jovens pertencentes aos grupos discriminados socialmente na universidade com a garantia da universalização da gratuidade no ensino superior para todos os jovens;
- A ampliação dos orçamentos para educação e pesquisa precisam ser retomados – com a revogação do teto de gastos – superando limites e gargalos da expansão realizada;

Esse documento é uma contribuição ao debate e um convite para a ação. Junte-se a nós.

**Núcleo nacional de docentes do ensino superior
Diálogo e Ação Petista (DAP)
Setembro de 2021**